



9 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 4 de agosto de 2022

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na quarta-feira	Euro Comercial, venda na quarta-feira	Capital de giro Na quarta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,4% São Paulo	103.165 103.775	R\$ 1.212	R\$ 5,278 (- 0,02%)	R\$ 5,369	6,76%	13,61%	Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67
1,29% Nova York	29/7 1/8 2/8 3/8		Últimos 27/julho 5,251 28/julho 5,163 1º agosto 5,179 2º agosto 5,279				

CONJUNTURA

BC leva Selic a 13,75% e anuncia nova alta

Taxa básica de juros deve chegar a 14% em setembro. Copom manifesta preocupação com crescimento de despesas

» MICHELLE PORTELA
» ROSANA HESSEL

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) resolveu, por unanimidade, elevar em 0,50 ponto percentual a taxa básica de juros, a Selic, para 13,75% ao ano, em decisão já esperada pelo mercado. Ao contrário do que parte dos analistas previa, contudo, o BC avisou que o processo de aperto monetário ainda não terminou e que poderá fazer um novo ajuste na Selic, de menor intensidade, no próximo encontro, marcado para 20 e 21 de setembro. Com isso, a taxa pode chegar a 14% ao ano a 10 dias do primeiro turno das eleições.

“O Comitê avaliará a necessidade de um ajuste residual, de menor magnitude, em sua próxima reunião. O Copom enfatiza que seguirá vigilante e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar a convergência da inflação para as metas”, diz o comunicado divulgado após a reunião, no início da noite.

Benefícios

O colegiado, integrado por diretores do BC, chamou a atenção para a incerteza existente na economia e para o risco que o crescimento das despesas públicas, com a ampliação dos benefícios a diversos setores, representa para o combate à inflação. O Copom “pondera que a possibilidade de que medidas fiscais de estímulo à demanda se tornem permanentes acentua os riscos fiscais para o quadro inflacionário”, enfatiza a nota do BC.

O órgão deixou claro, ainda, que tem como alvo estabilizar a inflação de 2023, cuja teto é de 4,75%, e que já começa a mirar o ano de 2024. “O Copom entende que essa decisão reflete a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com

variância ainda maior do que a usual para a inflação prospectiva, e é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2023 e, em grau menor, o de 2024”, afirma o comunicado.

Até junho, a inflação acumulada em 12 meses estava em 11,89%. E, apesar de medidas recentes tomadas pelo governo terem reduzido o peso de combustíveis e da energia elétrica na inflação deste ano, com prováveis deflações em julho e agosto, as projeções para 2023 seguem em alta. Como leva tempo para que os efeitos da política monetária sejam sentidos na economia, a nova elevação de juros mira a inflação do próximo ano. Na semana passada, o mercado estimava que a meta de inflação será novamente superada no ano que vem, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingindo 5,33%.

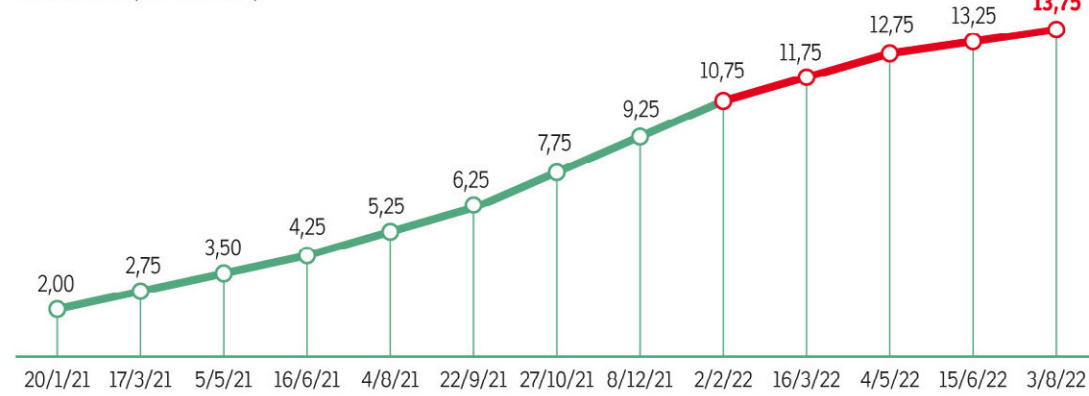
A decisão tomada ontem pelo BC marcou o 12º aumento consecutivo da Selic, que voltou ao patamar de novembro de 2016. Após a decisão ser anunciada, analistas passaram a prever uma taxa Selic de, pelo menos, 14% até o fim do ano. Para o economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito, a nota do Copom foi “um balde de água fria” nos analistas que imaginavam que o ciclo de alta, iniciado em março de 2021, terminaria neste mês. Perfeito elevou de 13,50% para 14,25% ao ano a estimativa para a Selic no fim do ano.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, também passou a esperar uma Selic mais elevada. “A alta de 0,50 ponto percentual era esperada pela maioria do mercado e tem duas leituras. A primeira significa uma combinação da persistência dos choques inflacionários globais, e a ideia é que os juros fiquem em um patamar elevado por um período maior. A estratégia é que o BC já começa a olhar para 2024

Escalada

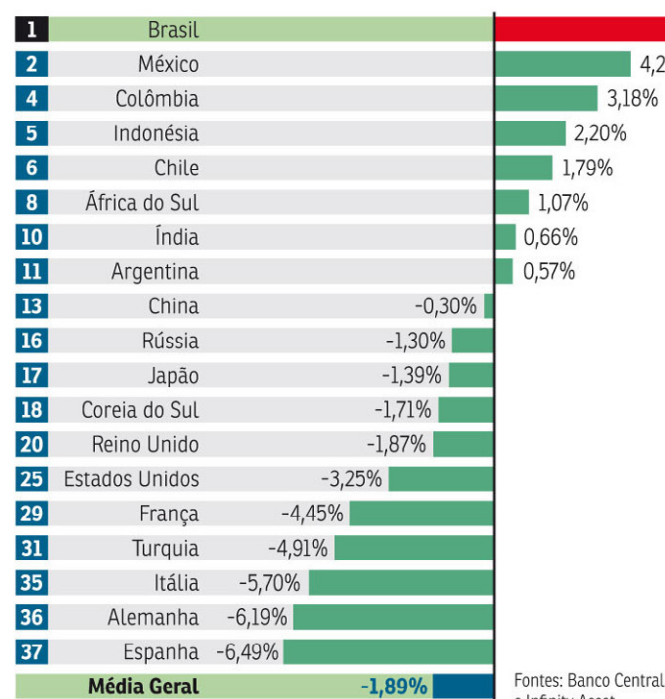
BC promove a 12ª alta seguida nos juros básicos

Taxa Selic (em % ao ano)



No topo

Ranking de juros reais (% ao ano) (descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses)



Fontes: Banco Central e Infinity Asset

e entende que a convergência da inflação será mais lenta. A gente entende que o BC vai elevar a Selic para 14% em setembro e deverá manter nesse patamar até o fim do ano”, explicou.

O economista Eduardo Velho, da JF Trust, avalia que, além de deixar a porta aberta para um novo reajuste, o Banco Central sinalizou que deve manter os juros elevados por mais tempo.

“O comunicado sugere que ciclo de alta pode ser mais prolongado do que o esperado”, concorda Mauro Rochlin, professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Rio).

Com a subida anunciada ontem, o Brasil mantém a liderança do ranking global dos maiores juros reais (descontada a inflação). De acordo com levantamento feito por Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset Management, a taxa de juro real no Brasil passou para 8,52% ao ano — nível superior ao verificado em países como México, Colômbia, Chile e Indonésia. Em termos nominais, o país continua na 3ª colocação, abaixo de Argentina e da Turquia.

Indústria reclama

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) criticou a alta dos juros. “Ainda que, desde março de 2021, a taxa Selic venha sofrendo consecutivos aumentos na tentativa de frear o consumo, as expectativas com relação à inflação à frente seguem desancoradas. Nesse sentido, cabe destacar que o desajuste no nível de preços da economia não é um fenômeno exclusivamente de demanda, mas sobretudo de restrição de oferta”, diz nota da entidade.

Embora reconheça que os crescentes aumentos de preços têm como causa a “desorganização das cadeias globais de produção”, em função da pandemia e dos efeitos da guerra da Ucrânia no comércio global, a Firjan destaca que aumento da Selic não sacrifica apenas o setor produtivo. “Em um momento em que o mundo atravessa período de elevada incerteza, alimentada por guerra, covid-19 e risco de recessão, é imprescindível a adoção de uma política monetária mais moderada, que esteja atenta aos desafios do crescimento econômico nos próximos anos”. O aumento do juro básico da economia se reflete em taxas bancárias mais elevadas, embora haja uma defasagem de seis a nove meses entre a decisão do BC e o encarecimento do crédito.

Guedes: juro impede crescimento maior

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a comemorar as revisões para cima das expectativas de alta do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano e afirmou que o país só não vai avançar mais do que os 2% projetado pelo governo por conta da alta dos juros, que travam o crescimento. “Quando simplifica e reduz impostos, a economia sai voando. A baleia estava arpoada e sangrando e agora está querendo se mexer. O PIB era para subir 4% neste ano, mas tem os juros e eles devem subir mais”, disse ele, ontem, pouco antes de o Banco Central elevar a taxa básica da economia (Selic) de 13,25% para 13,75%.

A declaração foi dada em palestra no primeiro dia da feira Expert XP 2022, organizada pela XP Investimentos, em São Paulo. Durante a fala, de aproximadamente uma hora, o ministro foi bastante aplaudido pelo auditório lotado de “fariálimers” — apelido dado aos profissionais do mercado financeiro da

Faria Lima, famosa avenida da capital paulista.

Desde que assumiu o cargo, o ministro tem usado a analogia da baleia para comparar o país que o atual governo recebeu de seus antecessores. Ele evitou fazer críticas ao papel do Banco Central, que conquistou a autonomia operacional, por lei, em fevereiro do ano passado. “Esperamos dois anos e, quando a inflação subiu, aprovamos o BC independente”, afirmou. “Mas eu não vejo e não falo. Cada um tem sua função”, reforçou.

Ao comentar sobre o cenário de recessão global, com Estados Unidos, Europa e China em processo de desaceleração, ele voltou a afirmar que o Brasil está no início de um período de crescimento econômico e vai avançar acima das previsões atuais em 2023, em grande parte, devido à redução de tributos em curso e aos marcos regulatórios aprovados pelo atual governo, como o do saneamento,

das falências, dos aeroportos, das ferrovias e do 5G, que garantem “R\$ 890 bilhões já contratados em investimentos para os próximos 10 anos”.

“O Brasil é uma nação gigante. Somos resilientes. A inflação está descendo, e, no resto do mundo, começando a subir, o desemprego aumentando e o crescimento (deste ano) revisto para baixo”, disse. “O Brasil continua revenido as taxas de crescimento para cima. Abrimos 388 mil empresas no mês passado”, disse.

IPI zerado

O ministro afirmou, ainda, que pretende dar continuidade à política de redução de tributos — não apenas sobre combustíveis — e prometeu zerar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mas não revelou a data. Sem citar valores, ele ainda antecipou novo crescimento na arrecadação federal em julho, de 9%, estabelecendo “um novo recorde”.

Ele reconheceu, porém, que boa parte das receitas são oriundas de dividendos de empresas estatais, como a Petrobras, que estão financiando os benefícios aprovados pela PEC Kamikaze, como ele chamava a Proposta que instituiu uma série de benefícios e aumento os gastos públicos em mais de R\$ 41 bilhões neste ano. “Graças à nossa administração, as estatais, que costumavam dar prejuízo de R\$ 40 bilhões, passaram a registrar lucro de R\$ 188 bilhões por ano”, comemorou.

Guedes voltou a criticar a falta de avanço da reforma tributária enviada pelo Executivo ao Congresso, e o fato de uma parte do projeto — que trata da correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e da taxa de dividendos —, estar parada no Senado Federal. Segundo ele, com a reforma seria possível financiar os R\$ 60 bilhões necessários para pagar o Auxílio Brasil de R\$ 600 reais no próximo ano. (RH)

Ronaldo Silva/Futura Press



Apesar do reparo, ministro evitou criticar o BC: “Cada um tem sua função”